



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7708 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

**CURSOS PREPARATÓRIOS PARA O INGRESSO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CASO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (UPT)**

Rosa Helena Ribeiro Teixeira - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Marta Lícia Teles Brito de Jesus - UFBA - Universidade Federal da Bahia

**CURSOS PREPARATÓRIOS PARA O INGRESSO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CASO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (UPT)**

## **Resumo**

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa de mestrado sobre o Programa Universidade Para Todos (UPT), parte de uma política pública educacional do Estado da Bahia que se configura enquanto um curso preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e os vestibulares. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental e espera-se contribuir para identificar, entre outros aspectos, se esta iniciativa pode ser considerada, de fato, uma via possível para diminuir a probabilidade de que pessoas negras, pobres e com trajetória escolar em escolas públicas, permaneçam excluídas da educação superior.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Curso Pré Vestibular. Política Educacional. UPT

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem o objetivo de apresentar uma pesquisa em andamento sobre o Programa Universidade Para Todos (UPT), iniciativa que se insere nas políticas de democratização do acesso à educação superior e é voltada para a preparação de estudantes concluintes e egressos de escolas públicas para a concorrência nos exames vestibulares. Pretendemos apresentar uma breve introdução quanto aos cursos preparatórios populares voltados para o acesso à educação superior e a configuração do UPT em específico.

Esta pesquisa teve início em 2018 e, dentre outros frutos, originou um Trabalho de

Conclusão de Curso (TCC) de graduação em Pedagogia e um Projeto de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação. O TCC deu pistas para a materialização da pesquisa. Primeiro, fizemos uma pesquisa exploratória, a fim de realizar uma aproximação com o UPT, a partir de análise documental e bibliográfica disponíveis. Em segunda instância, na pesquisa em andamento, temos como objetivo traçar um retrato dos beneficiários do UPT.

O UPT é um curso preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e os vestibulares que acontece de forma presencial, com carga horária de 20 horas semanais e atende exclusivamente a estudantes que cursaram desde o 6º ano do ensino fundamental ao último ano do ensino médio em escolas públicas da rede municipal ou estadual.

No estado da Bahia, diversas são as iniciativas de cursos populares preparatórios para os vestibulares, sejam eles criados e mantidos por Organizações Não Governamentais (ONG), movimentos sociais em especial movimento negro, grupos partidários e apartidários, ligados ou não a uma entidade reconhecida no cenário baiano ou nacional. Há ainda de se lembrar a existência e expressividade dos cursos preparatórios privados, principalmente em Salvador, capital do estado da Bahia, contudo, para essa pesquisa voltaremos os olhos, principalmente para a ação do estado da Bahia, o UPT e os cursos preparatórios populares, que podemos dizer, atender a públicos semelhantes, diferente de nos cursos privados.

Sob essa perspectiva sabe-se que os vestibulares e o ENEM são gargalos que colocam em pé de igualdade pessoas com um histórico familiar de trajetória permanente na educação superior e os que não o têm, apesar dos inúmeros esforços empreendidos por esses sujeitos com a participação em cursos preparatórios populares e do Estado, como é o caso do UPT, para tentar atenuar essas desigualdades, diferente de nos cursos privados.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

Os cursos preparatórios populares são reflexos da expansão da educação básica pública e consequente aumento da demanda por educação superior, eles foram intensificados a partir da década de noventa do século passado e são fruto de demanda coletiva de iniciativa dos movimentos sociais e de coletivos voltados para reunir os grupos sub representados na educação superior interessados em dar continuidade aos estudos, após a finalização do ensino médio. (Filho, 2003; Zago 2008; Farias, 2010).

Há que se destacar que os cursos preparatórios populares apontam a necessidade de preparação para o ingresso na educação superior pela população historicamente excluída social e racialmente além de se inserirem na formação dos estudantes sob a ótica não eurocêntrica e intercultural, de denúncia do racismo e da iniquidade racial, o resgate da autoestima, construção de uma identidade social e racial, além da formação para o exercício da cidadania. Assim, os cursinhos têm protagonismo na construção de identidade negra positiva, no processo de isenção nos vestibulares do país, assim como na reserva de vagas para estudantes negros, de escolas públicas e pobres.

De acordo com a análise documental e bibliográfica, o curso ocorre de forma intensiva, ou seja, apenas no segundo semestre do ano e de acordo com a análise documental e bibliográfica, ele se insere em uma diversidade de atividades formativas, para citar exemplos, seja a preparação para as áreas do conhecimento, orientação educacional, vocacional, expansão do repertório sócio cultural a partir de filmes, além dos temas referentes à promoção da cidadania, a título de exemplo.

A análise bibliográfica sobre o UPT demonstra que o mesmo foi fruto de um movimento

de greve de estudantes e professores da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que já desenvolviam um projeto que tinha o cunho dos cursos populares e essa gênese demonstra uma influência direta na construção do decreto estadual ao passo que a preparação para a cidadania é um elemento central para os CPV e citado no decreto do UPT.

É importante lembrar que além do pleito de estudantes e professores à secretaria da educação do estado, existia uma conjuntura favorável a sua criação desde a década de 80, podemos citar enquanto ações que antecedem e se inserem dentro das políticas de acesso e democratização da educação superior: O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 1998; O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) em 1999; Além de ações posteriores como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) em 2004; Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2005; Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007; o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2008; Sistema de Seleção Unificada (SISU) de 2009; Lei de Cotas no Ensino Superior em 2012 para citar exemplos de ações que se inserem no bojo das políticas de democratização, acesso e permanência que acontecem desde os anos 90 para contextualizar a criação do UPT em 2003.

Outro fator a ser lembrado é que a UNEB foi a universidade pioneira nas ações institucionais voltadas para a reserva de vagas. Desde 2002 a UNEB já mantinha o sistema de cotas antes mesmo da implantação da lei de cotas no ensino superior, a instituição é pioneira em ações como esta.

Além de, no panorama baiano, o Estado tem hoje dez universidades públicas que, entre federais, estaduais e interestaduais são: a Universidade Federal da Bahia UFBA (1946), a Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS (1970), a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB (1980), a Universidade do Estado da Bahia UNEB (1983), a Universidade Estadual de Santa Cruz UESC (1991), a Universidade Federal do Vale do São Francisco UNIVASF (2002), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia UFRB (2005), a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB (2010), a Universidade Federal do Sul da Bahia UFSB (2013) e a Universidade Federal do Oeste da Bahia UFOB (2013) além do Instituto Federal da Bahia IFBA (1909) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano IFBAIANO (2008) que mantêm cursos superiores.

Vemos aqui uma semelhança: de um lado os cursos preparatórios populares trazem a preparação para o exercício da cidadania enquanto elemento fundante da sua prática pedagógica, o UPT, no seu aparato legal também trabalha com esse elemento, ou preconiza a sua inserção no planejamento pedagógico. Além disso, como já citado, o público do UPT se aproxima do público dos cursos populares ao passo que o UPT atende exclusivamente o público com trajetória na educação pública, os CPV também inserem enquanto prioridade a seleção de estudantes de escolas públicas. Ou seja, mesmo o UPT sendo uma política pública há que se destacar a existência de alguns aspectos de encontro mesmo que a grosso modo pareça que as iniciativas dos movimentos sociais com os cursos preparatórios populares estão de um lado, e a iniciativa do estado de outro.

O que nos chama a atenção quanto ao UPT é o fato de este curso ser mantido pelo governo do estado da Bahia, iniciativa que não se assemelha a nenhuma outra configuração quer seja pela capilaridade nos diversos territórios de identidade e municípios do estado, pelo número de beneficiários, pela execução em parceria com universidades públicas e socialmente referenciadas do estado.

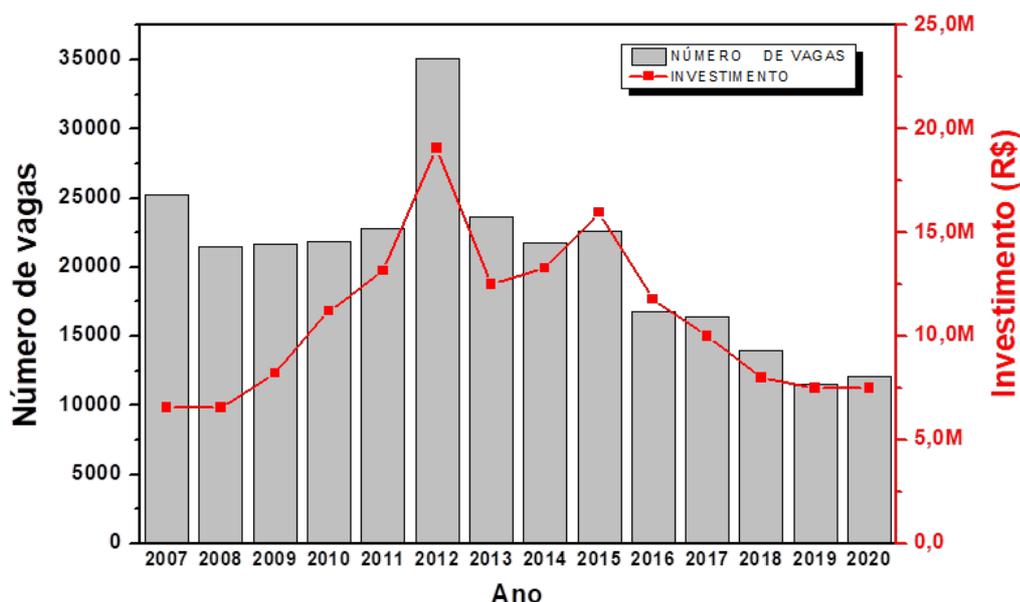
Outro aspecto que cabe destacar é o fato de o UPT ser uma ação que ocorre desde o ano de 2003, ou seja, o curso é executado ininterruptamente por 17 anos, assim, o curso pré-vestibular/ENEM mantido pelo governo estadual pode ser considerada uma ação relevante na

Bahia pela sua continuidade em gestões governamentais que guardam entre si particularidades e mesmo perspectivas diferentes, sendo: Paulo Souto (2003-2007) filiado ao PFL, atual Democratas (DEM), Jaques Wagner (1º mandato 2007-2011, 2º mandato 2011-2015) e Rui Costa (1º mandato 2015-2019, 2º mandato em curso), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Ou seja, houve pressão de um movimento de greve de professores e estudantes da UNEB que mantinham um curso preparatório popular para criar o programa em um governo específico, e ele se mantém. Como citado neste texto, aliado ao pleito existe uma conjuntura nacional favorável a sua criação de ações que se inserem tanto nas políticas de acesso, democratização e permanência na educação superior.

O aparato legal específico da execução do curso está amparado nos seguintes Decretos Estaduais: nº 9194 de 04 de outubro de 2004 e nº 17.610 de 28 de maio de 2017. De acordo com os documentos legais, o UPT é um curso pré vestibular executado pelo governo do estado da Bahia em parceria, com as universidades estaduais: UNEB, UESC, UEFS e UESB. Além do recente ingresso da UFRB, embora não citada nos Decretos supracitados.

**Gráfico 1** - Número de vagas e de investimento



**Fonte:** Coordenação do UPT. Elaboração das autoras.

Podemos observar no **Gráfico 1** - Número de vagas e de investimento, ao cruzarmos os dados quanto ao número de vagas e de recurso destinado a execução do curso desde 2007 a 2020, o ano de 2012 se caracteriza enquanto o pico tanto quanto o número de vagas quanto ao investimento no programa em contrapartida, o número de vagas disponibilizadas para o UPT decaiu substancialmente. E se voltamos a comparação dos dois últimos anos, de 2019 a 2020, houve uma manutenção do recurso investido, ambos os anos com investimento r\$ 7.500.000 a despeito do número de vagas ter aumentado.

A destinação de recurso financeiro do UPT se dá através do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP). O FUNCEP é um órgão estadual que tem por objetivo fomentar ações quer seja quanto a suplementação de alimentação, educação e renda.

A partir de 2014 com a instituição da Lei Estadual nº 13.182, que institui o Estatuto da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa no estado, as diretrizes do estatuto foram incorporadas às ações do FUNCEP. Desde a criação do UPT, a gerência de recurso financeiro é realizado a partir da fonte do FUNCEP e desde 2007, ano que temos informação, um montante de R\$ 151.369.360 já foi destinado para a execução do UPT

O Estatuto é destinado especificamente à população negra (pretos e pardos, segundo a categorização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE) com vistas a atenuar a desigualdade racial, de gênero e a intolerância religiosa no estado da Bahia. A partir da fonte financiadora do recurso do UPT, pode-se dizer que, na sua execução, desde 2014 com a incorporação do Estatuto da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa, a modelagem do UPT tem mais uma característica: O organismo mantenedor do UPT incorpora a diretriz do Estatuto decerto que o curso pré vestibular também deverá fazê-lo.

A nível nacional, podemos afirmar que todos os estados mantêm alguma atividade pontual como forma de ação para a preparação ou realização dos exames de seleção para a educação superior seja na execução de aulões, simulados, revisões, concurso de redação, oficinas e bolsas integrais em cursos preparatórios privados (presenciais e/ou principalmente a distância). Outro exemplo de ação mantida pelos governos estaduais estão o passe livre nos dias dos principais exames de seleção do estado e a confecção de kits merenda no dia dos exames.

No estado da Bahia além do UPT, podemos destacar o ENEM 100% que é uma outra iniciativa da Secretaria da Educação. O ENEM 100% foi criado como uma campanha para sensibilizar quanto a inscrição no ENEM, seja através dos documentos necessários para inscrição, a leitura do edital da prova e mobilização da inscrição além de aulas de redação. Atualmente ele se configura enquanto aulão/revisão de todas as áreas do conhecimento para o ENEM em específico.

Podemos notar assim que essas duas ações: o UPT e o ENEM 100% são parte da política de democratização da educação superior no estado da Bahia. Enquanto um é um curso presencial, o outro é mais voltado à mobilização para inscrição, e aulas pontuais para revisão.

A configuração que mais se assemelha ao UPT, enquanto uma atividade sistematizada e que possui maior periodicidade e atividades sistematizadas voltadas para a preparação e não só a revisão pontual de conteúdos são do estado de Sergipe e do Espírito Santo. Com relação ao estado de Sergipe, há de se destacar as ações: Pré Universitário (presencial) e Estude em casa (virtual). Com relação ao Espírito Santo, a experiência que mais se assemelha ao UPT é o curso intitulado Pré-Enem digital. Ambos se assemelham com o UPT por ter uma capilaridade no estado, pela seleção para participar desses cursos e ter uma configuração de aulas preparatórias continuadas, e não estanque como os conhecidos aulões. Contudo, sabemos que ainda é preciso um aprofundamento sobre essas experiências em específico para trazer mais elementos à discussão.

Ainda precisamos de mais elementos para poder afirmar se, assim como o UPT, as iniciativas de outros estados aqui citadas também são fruto de reivindicação de um movimento de professores e estudantes e/ou advém de uma iniciativa de um curso pré vestibular popular.

Vemos que, quanto ao acesso a educação superior diversas são as iniciativas governamentais ou não que empreendem esforços para tentar garantir condições mínimas para possibilitar uma concorrência menos desleal aos exames vestibulares, seja o ENEM ou os vestibulares específicos. Se voltarmos um pouco o olhar à educação superior, vê-se que “[...] desde a criação dos cursos superiores, a presença de estudantes pobres e negros se deu à

revelia das instituições, ou seja, sem nenhuma ação que facilitasse [acesso,] sua permanência e a conclusão de seus cursos” (Portes e Sousa, 2013, p. 60, grifos nossos). Os desafios impostos à estudantes/egressos de escolas públicas, pobres e negros se dá desde o acesso à conclusão da graduação. Embora no cenário atual algumas políticas públicas se insiram ou no bojo do acesso à educação superior (como é o caso do UPT, das políticas de cotas), da permanência (podemos citar o Plano Nacional de Assistência Estudantil) e o desafio de concluir a graduação.

A educação superior é marcada por elitismo e forte exclusão. O número de vagas nas instituições superiores foi alargado, porém, as dificuldades de acesso não diminuíram. Vários esforços foram observados para que os jovens de escolas públicas, pobres e negros pudessem transpor essa barreira, – como a iniciativa dos cursinhos preparatórios, trazida aqui – e do UPT em específico.

### 3 CONSIDERAÇÕES

Vimos que um, aspecto importante para a criação do UPT é um movimento grevista de estudantes que já mantinham uma iniciativa de um curso preparatório popular e que com alguns dos elementos que trouxemos aqui, pode-se perceber as similitudes nas organizações entre os cursos preparatórios populares e o UPT visto que o mesmo advém de uma experiência de uma curso popular. Ou seja, a sua inclusão dentro das políticas de democratização da educação superior, se justifica pelo pleito além de uma conjuntura nacional favorável a sua criação com as políticas nacionais de acesso, democratização e permanência na educação superior.

Trouxemos esses dados, para fins de ajudar na contextualização do UPT , contudo, entendemos que, neste trabalho não será possível destinar o devido fôlego a esses dados. Na execução da pesquisa poderemos analisar e cruzar dados quanto ao investimento destinado, número de vagas por universidade, número de monitores, número de localidades em funcionamento, número de aprovados por curso e universidade, dentre outros elementos possíveis quanto a análise de dados que será realizada para consubstanciar a pesquisa de mestrado. Além de amadurecer os aspectos a serem observados e discutidos quanto aos cursos preparatórios populares e o UPT trazidos neste trabalho.

Mesmo estando em um estágio inicial da pesquisa de mestrado, podemos inferir que o olhar agora voltado ao retrato dos beneficiários do UPT pode se configurar enquanto uma importante via para traçar um perfil de quem são os estudantes concluintes e egressos da educação básica pública que passaram pelo UPT.

Espera-se com a pesquisa contribuir para identificar se essa política de preparação para a educação superior é de fato uma via possível para diminuir a probabilidade de pessoas negras, pobres e que tenham uma trajetória escolar em escolas públicas permaneçam excluídos da educação superior e se a participação no UPT pode atenuar a iniquidade educacional no gargalo nos vestibulares visto que a educação básica não os prepara para dar continuidade aos estudos, após a conclusão do ensino médio.

### REFERÊNCIAS

FARIAS, Maria Auxiliadora Ornellas. **Projeto universidade para todos: política pública na direção da igualdade de oportunidades ao acesso à educação superior.** 189 f. Dissertação

(Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <[http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/maria\\_auxiliadora\\_ornellas\\_farias.pdf](http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/maria_auxiliadora_ornellas_farias.pdf)>. Acesso em 15 jul 2020

FILHO, Penildon Silva. **Cursos Pré-Vestibulares populares em Salvador:** Experiências educativas em movimentos sociais. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2003, Salvador, 218f.

PORTES, Écio Antônio; SOUSA, Letícia Pereira. O nó da questão: a permanência de jovens dos meios populares no ensino superior público. *In.*: **Observatório da vida estudantil:** universidade, responsabilidade social e juventude. Organização e apresentação de Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio; Prefácio de André Lázaro. Salvador: Edufba, 2013. v.3, 388p.

ZAGO, Nadir. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. **Perspectiva**, Florianópolis, v.26, n.1, 149-174, jan/jun, 2008.